

# UM PARTIDO NOVO DA ESQUERDA

Quando lançamos o apelo "Por um partido novo da esquerda" que conduziu a assembléia de Capranica<sup>(1)</sup> de 10 de fevereiro, o abrimos com a afirmação de que "o país necessita de uma mudança radical".

E para realizar a mudança indicamos a exigência de uma profunda reforma da política, das instituições, dos programas. Mas o centro do nosso apelo às forças da esquerda, submersas ou não, colocamos na idéia de um partido novo. Falamos, não por acaso, em partido, não de uma genérica agregação política ou de um movimento, mas o adjetivo "novo" era para nós igualmente importante. A "esquerda dos clubes" que lançamos como palavra de ordem na conclusão da assembléia de Capranica devia constituir-se um aspecto desta novidade.

Podemos dizer hoje que esta idéia encontrou um terreno fértil. Não só pelas muitas adesões individuais e de grupo que continuamos a registrar, ainda, depois da iniciativa de Capranica. O fato verdadeiramente novo está na multiplicidade de iniciativas coletivas que passaram a ocorrer em todo país com o nascimento de associações, centros, clubes. Parece-me esse um sinal importante. O sinal da disponibilidade e da vontade de experimentar por vontade própria uma reforma da política, uma forma diferente de organização na qual conjugam-se expectativas, tensões, paixões que pertencem a diferentes mundos subjetivos, com o objetivo de produzir novas formas coletivas do "fazer política".

No partido tradicional, a inscrição, como momento de anúncio de uma militância forte, cria uma linha de limite clara e nítida no que se refere aos outros âmbitos da sociedade civil às quais o mesmo partido tem como referência. De uma parte põe-se o partido com todo seu aparato, com a sua função de guia externo, de depositário de uma ideologia, de valores, de um programa; da outra, um mundo de pessoas e sujeitos coletivos, aos quais o mesmo partido lhe pede o voto, a sustentação, mas que permanece "outro", externo. O partido tem uma sua auto-suficiência, uma percepção própria da realidade, uma visão própria dos fins e dos instrumentos para consecuí-la.

Mas, as grandes transformações culturais que marcam o nosso tempo colocaram em crise esta forma de partido. Quantos jovens, quantas mulheres, quantos trabalhadores, quantos intelectuais que têm os partidos como referência são cada vez mais alheios à sua vida, aos seus processos de elaboração e de decisão? Este alheamento enfraqueceu as grandes organizações (os partidos como o sindicatos) não só organizativamente, mas enfraquecem a sua capacidade de percepção da realidade e das suas modificações.

A forma nova de partido deve resolver esta contradição:

aquela de ser uma organização de uma parte sempre muito reduzida da sociedade que pretende conhecer-lhe as necessidades, as questões, a cultura, e de pensar e decidir por todos. O partido novo necessita de novos modos de relacionar-se com a sociedade civil, nela reconhecendo diversidade e articulações. Necessita de formas flexíveis de comunicação: daquelas próprias de militância àquelas mais frágeis, parciais, reversíveis. A fronteira entre partido e sociedade não pode mais ser uma linha nítida de demarcação; deve ser uma fronteira móvel, flexível.

Deste ponto de vista, tem um valor emblemático a idéia que está na base da "esquerda dos clubes". O clube nas suas diferentes formas permite a agregação de simples pessoas em grupos onde a dimensão reduzida, uma certa homogeneidade de interesses, uma vocação comum forma uma primeira identidade coletiva, que é ao mesmo tempo cultural e política. Os clubes que nasceram ou que estão se constituindo têm, na fase constituinte primeiramente anunciada pela proposta de Occhetto e depois formalizada no Congresso de Bolonha, o seu ponto de referência preciso. Mas eles não estão destinados a acabar com o término da fase constituinte. Eles não são organismos temporários, não são embalagens descartáveis. São uma das formas possíveis de organização coletiva parcial que operam o cruzamento entre sociedade política e sociedade civil.

Podemos dizer hoje que esta idéia encontrou um terreno fértil. Não só pelas muitas adesões individuais e de grupo que continuamos a registrar, ainda, depois da iniciativa de Capranica. O fato verdadeiramente novo está na multiplicidade de iniciativas coletivas que passaram a ocorrer em todo país com o nascimento de associações, centros, clubes. Parece-me esse um sinal importante. O sinal da disponibilidade e da vontade de experimentar por vontade própria uma reforma da política, uma forma diferente de organização na qual conjugam-se expectativas, tensões, paixões que pertencem a diferentes mundos subjetivos, com o objetivo de produzir novas formas coletivas do "fazer política".

Esta forma de partido flexível, diferenciada, "a geometria variável" o enfraquece quanto à eficácia política? Eu penso o contrário. É a clausura em si mesmo que isola o partido, que o faz uma organização burocrática e eleitoral, entre o partido ideológico tradicional e o partido de tipo americano. A interlocução constante com formas associativas dotadas de uma autonomia própria e identidade parcial que representam mundos subjetivos, experiências, percursos diferentes abre o partido aos processos complexos, e mesmo contraditórios, que conectam as passagens do reconhecimento das diversidades individuais e de grupo aos objetivos coletivos.

A existência de centros de referência autônomos onde se exprimam aptidões, questões, projetualidades diversas, enriquecem o processo de elaboração teórica e programá-

---

Antônio Lettieri é membro do Partido Comunista Italiano. Este artigo foi publicado na revista *Rinascita*, nº 10, 15/04/1990, págs. 30-31, e traduzido por Alberto Aggio.

tica, e o submete ao mesmo tempo a uma verificação crítica preventiva. Estabelece um circuito de comunicação horizontal e de baixo para cima. O encontro com as novas culturas, as novas necessidades não nasce *ex post*, mas num processo de intercâmbio e de síntese entre tradição e inovação. Em suma, a própria elaboração programática é estreitamente conectada à forma de organização do partido. A separação entre programa e organização é expressão de um partido autoritário onde a organização tem uma função de enquadramento e disciplina; e o programa tem sua legitimidade numa cultura política pré-ordenada, cujos valores repousam sobre a ideologia (ou sobre escolhas empíricas e táticas) dos quais o grupo dirigente é depositário. Mas este tipo de partido entrou em crise por toda parte. O partido novo só pode ser radicalmente diferente, aberto a formas diversas de participação de simples pessoas como de sujeitos coletivos.

A forma organizativa do partido tem também a ver com a reforma institucional. Ao nosso questionário a grande maioria respondeu ressaltando a necessidade de ligar estreitamente responsabilidade e consenso no exercício das funções políticas e de governo. Através da eleição direta do prefeito e do presidente do Conselho com base num programa e numa coalizão pré-determinada. Esta linha de reforma aumenta a responsabilidade de governo do partido. Mas o partido não pode diluir-se totalmente na ação de governo. O partido deve cumprir um papel mais complexo. O seu objetivo é aquele de exprimir um programa e um governo que o efetive. Mas precisamente quando o seu programa é o vencedor, ele não pode reduzir-se a aparato externo de governo. O partido deve tornar-se expressão do seu universo de referência, colher e elaborar as questões, as tensões, a projetualidade, num trabalho de mediação, de controle, de impulso sobre os governos locais como sobre o nacional. Também esta capacidade depende da sua estrutura organizativa. Esta deve corresponder territorialmente, por um lado, às dimensões das instituições de governo, de forma a poder exprimir momentos de participação e de conflito. Ao mesmo tempo, deve articular-se de forma a corresponder à pluralidade das articulações sociais.

O partido novo deve saber organizar esta presença bidirecional em relação ao governo e em relação ao universo social e cultural ao qual a ação de governo se refere. Não basta, de fato, haver definido o programa quando se pede o consenso eleitoral. O momento mais importante é aquele

da atuação e da sua verificação por parte dos cidadãos que o sustentaram. O partido nas suas diferentes articulações deve ser este instrumento de verificação, de controle, de iniciativa, de impulso a serviço dos cidadãos. O partido não pode identificar-se totalmente com governo efetivo, quando é maioria, ou com governo sombra, quando é oposição. Ele deve buscar ser a expressão constante da soberania dos cidadãos, da sua disponibilidade de participar da vida política enquanto militante, inscrito, simpatizante ou interlocutor externo.

Neste quadro, os clubes podem ser uma forma modesta, mas emblemática, de experimentação de uma nova forma de organização do partido e de reforma da política. Esta prática nova deve ser experimentada na fase constituinte que foi aberta com o congresso de Bolonha. Occhetto, numa das passagens mais relevantes do seu relatório ao congresso, apontou, referindo-se ao abandono de uma concepção totalizante do partido, à sua laicidade e parcialidade, para um elemento decisivo de ruptura com o passado e de profunda novidade. Esta afirmação, que rompe inequívoca e cabalmente com a tradição teórica do centralismo, que sempre foi uma marca fundamental dos partidos comunistas, pode hoje começar a se tornar prática. Para realizar tal objetivo a fase constituinte não deve se desenvolver procedendo de forma tradicional, como uma espécie de cooptação de companheiros de viagens e de amigos dos amigos. O que me parece necessário é a abertura de espaços nos quais, com plena autonomia, possam entrar as pessoas (por exemplo, os independentes eleitos nas listas do PCI nos diversos níveis) e os sujeitos coletivos (entre os quais, mas não só, os clubes nas suas diferentes formas) que pensam em participar do processo constituinte.

A reforma da política e das instituições, a elaboração de um novo programa para construir as condições da alternativa de governo devem partir daí: de uma nova relação partido-sociedade e partido-Estado. Aí está a ruptura não só com a tradição leninista e terceiro-internacionalista, mas também com a social-democrática clássica.

O reconhecimento e a valorização das novas subjetividades, dos processos de auto-realização não é uma capitulação pequeno-burguesa. Foi Marx quem anteviu nas novas formas de individualismo um sinal da modernidade. É deste ponto que se deve partir novamente para responder ao novo anseio de política, a uma nova relação entre ética e política.

(1) Capranica é uma cidade situada ao sul da Itália.